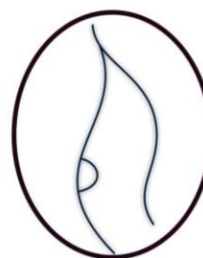




INTERFACE
ISSN 2448-2064



Situação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (ATEPA) no estado do Tocantins

Situation of the services Technical Assistance and Fisheries and Aquaculture Extension (ATEPA) in the state of Tocantins

Diego Neves de Sousa

Embrapa Pesca e Aquicultura
diego.sousa@embrapa.br

Hellen Christina de Almeida Kato

Embrapa Pesca e Aquicultura
hellen.almeida@embrapa.br

Michele Silva Costa

Universidade Federal do Tocantins
michele2_sc@yahoo.com.br

Cleiton Silva Ferreira Milagres

Universidade Federal do Tocantins
cleiton.milagres@mail.uft.edu.br

Resumo: A ATEPA foi uma modalidade de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER criada em 2009 que está em consonância com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER. O objetivo deste estudo foi analisar a situação dos serviços de ATEPA no estado do Tocantins. Metodologicamente, o estudo tem caráter exploratório-descritivo utilizando-se de fontes primárias, com o apoio da técnica de entrevista semi-estruturada, além de fontes secundárias. Conclui-se que mesmo com a priorização dada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura para o setor, faltaram profissionais de ATER/ATEPA preparados para atuar no setor, pois não houve formação adequada e tampouco capacitação continuada. Outro gargalo é que a maioria dos técnicos não transfere tecnologia ao pescador no momento da intervenção social, seja por falta de qualificação profissional, de conhecimento da área ou por não ser foco principal de atuação da empresa de ATER. Assim, a importância e a necessidade de diversos estudos neste campo do conhecimento se revelam como ponto primordial para subsidiar informações para as intervenções sociais e novas políticas públicas formuladas para o setor pesqueiro.

Palavras-chave: Extensão rural, extensão pesqueira, ATEPA.

Abstract: The ATEPA is a form of technical assistance and rural extension - ATER created in 2009. This service aims to support the development of the fisheries sector in order to monitor, guide, coordinate and organize the fishing and aquaculture communities, aiming at the development of these communities and improving the quality of life of the population located there, through the construction of citizenship and generation of employment and income. The focus of ATEPA is in line with the principles and guidelines of the National Policy Technical Assistance and Rural Extension - PNATER. The aim of this study was to analyze the situation of ATEPA services in the State of Tocantins, Brazil. Methodologically, the study is exploratory and descriptive study using primary sources, with the support of the technique of semi-structured interviews, and secondary sources. We conclude that lack professionals of ATER prepared to work in the industry because it has neither proper training and continuous training. Another bottleneck is that most coaches do not transfer technology to the fisherman at the time of social intervention, either for lack of professional qualification, knowledge of the area or not be the main focus of the company. Thus, the importance and necessity of many studies in this field of knowledge reveal themselves as primary point of information for social support interventions in the fisheries sector.

Key-words: Rural extension, fishing extension, ATEPA.

Introdução

A importância socioeconômica da pesca artesanal e da aquicultura familiar é reconhecida direta e indiretamente devido ao impacto positivo na geração de trabalho e de renda para uma grande parcela da população de baixa renda em municípios às margens de rios, lagos e costa litorânea, além de garantir a segurança alimentar das famílias de pescadores artesanais e aquicultores familiares (SOUSA, 2016).

Esses públicos são enquadrados no grupo da agricultura familiar como categoria habilitada para acessar recursos governamentais na área de Ater, no qual envolve uma enorme diversidade de beneficiários que têm na forma de produção e organização do trabalho, a base familiar. Em momentos anteriores, com a uniformização desse públicos, ou seja, com a não distinção de agricultores familiares dos demais segmentos (pescadores artesanais, aquicultores familiares, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, assentados, entre outros povos tradicionais) foram desconsideradas suas especificidades, assim como não houve contribuição para a implementação de programas governamentais direcionados aos públicos específicos. Configura-se, desse modo, um problema para a produção do conhecimento e transferência de tecnologias, principalmente para os beneficiários de políticas públicas direcionadas ao meio rural que não tinham o reconhecimento de suas particularidades, interesses e demandas (BARBOSA, 2009).

Frente a essa realidade, em 2009 foi criada a ATEPA em consonância com os princípios e diretrizes da PNATER, permitindo, assim, atender as particularidades dos pescadores artesanais e aquicultores familiares. Do mesmo modo como a Assistência Técnica,

Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) foi criada para atender às necessidades específicas das famílias assentadas nos Projetos de Assentamento Rural sob coordenação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a ATEPA foi criada com a finalidade de apoiar o desenvolvimento do setor pesqueiro sob a responsabilidade do Ministério da Pesca e Aquicultura. Este serviço pretendeu apoiar o desenvolvimento do setor pesqueiro com o intuito de acompanhar, orientar, articular e organizar as comunidades pesqueiras e aquícolas, objetivando o desenvolvimento dessas comunidades e melhoria da qualidade de vida da população aí localizada, através da construção da cidadania e geração de trabalho e renda. O foco da ATEPA está em consonância com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), permitindo, assim, atender as necessidades dos pescadores artesanais e aquicultores familiares, pois antes eram desconsideradas as suas especificidades com a não distinção de agricultores familiares dos demais segmentos.

Desse modo, o objetivo deste estudo é analisar e registrar o contexto dos serviços de ATEPA realizados no estado do Tocantins no período de 2011 a 2013 durante a vigência do PNATER. Este estudo tem caráter exploratório-descritivo, utilizando-se de fontes primárias, com o apoio da técnica de entrevista semi-estruturada, além de fontes secundárias. No total foram realizadas nove entrevistas junto aos técnicos (quatro) e representantes (cinco) das instituições de ATER/ATEPA mapeadas no estado do Tocantins. No total foram mapeadas quatro instituições de ATEPA no Tocantins classificadas em três categorias¹ de acordo com o estudo elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Organização das Nações Unidas para Alimentos e Agricultura (FAO), divulgado no ano de 2003, sobre o perfil da assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares do país. Assim, teve-se acesso a quatro instituições que atuam na extensão pesqueira no Tocantins: uma empresa governamental de Ater, duas empresas prestadoras de serviços (cooperativa de trabalho) e um instituto vinculado a uma organização de ensino e pesquisa.

O público atendido pelas empresas de Ater/Atepa com foco na atividade pesqueira não se restringiu apenas aos pescadores artesanais, mas também aos assentados de reforma

¹ O estudo do MDA/FAO (2003) identificou o campo de atuação das instituições e o papel que a Ater ocupa, se principal ou secundário na sua vida institucional.

agrária, aquicultores familiares e aos indígenas, conforme explanação dos informantes. No Quadro 01, encontra-se a lista de empresas de Ater/Atepa que atuam no Tocantins e que foram mapeadas nesta investigação e seus respectivos focos de projetos e públicos de interesse.

Quadro 01 – Foco do projeto das empresas de Ater mapeadas e seu respectivo público.

Tipologia das empresas mapeadas	Foco do Projeto	Público
Prestadora de serviços	Operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), através da emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).	Pescadores artesanais
	Por meio do convênio de Ates, é oferecida assessoria técnica especializada na área da piscicultura.	Assentados
Prestadora de serviços	Assessoria as colônias e manejo da pesca, com três linhas de atuação: gestão, comercialização e licenciamento ambiental.	Pescadores artesanais
Empresa governamental de ATER	Capacitação na área de cooperativismo e associativismo na organização social e produtiva das colônias. Capacitação no processamento artesanal do pescado.	Pescadores artesanais
	Capacitação com foco na produção de peixes em tanque rede.	Aquicultores familiares
Ensino e pesquisa	Diagnósticos e formação humana na área de pesca continental e aquicultura familiar. Capacitação na área de piscicultura, gestão pesqueira com ênfase no manejo do Pirarucu, economia solidária, agroecologia, pesca esportiva, gestão administrativa e princípios de informática.	Pescadores artesanais
		Assentados
		Indígenas

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto ao perfil dos extensionistas que atuam na atividade pesqueira na maioria das vezes não têm formação específica na área e tem alta rotatividade nas empresas, exceto a pública. A empresa pública de Ater no seu último concurso abriu nove vagas para candidatos com formação em engenharia de pesca, um para cada regional. Os outros profissionais que atuam nos projetos supracitados são de formações diversas, sendo as principais: agronomia, zootecnia, engenheiro de pesca, tecnólogo em pesca, tecnólogo agrícola e tecnólogo zootecnista.

A assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola no Brasil

Diante da necessidade de levar ao homem do campo o progresso técnico, a extensão rural surge no início do século XX nos Estados Unidos, sob a ótica da corrente teórica neoclássica, na qual o progresso técnico era visto como o único caminho para promover o desenvolvimento e o processo de modernização da sociedade. Seguindo a mesma lógica, instituiu-se no Brasil, em 1948 a extensão rural. Desde a sua origem, tem sido um serviço predominantemente público, passando por crises, reorientações teóricas e institucionais, além de diversos reposicionamentos políticos (ESTEVÃO et al., 2010).

A importância da ATER foi refletida no estudo desenvolvido pelo MDA/FAO (2003) ao informar que este serviço é tão essencial para os agricultores, principalmente aos mais pobres, sendo capaz de auxiliar e potencializar políticas públicas direcionadas para a qualidade de vida no espaço rural. Neste sentido, além de difundir inovações tecnológicas, fomentar os processos de organização social e produtiva, prestar assistência técnica, a ATER é necessária para gerar confiança entre os partícipes do processo para que se sintam seguros a arriscar e ensaiar novas formas de produzir ou de se organizar a partir da transferência de tecnologia.

Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2011), órgão governamental que coordenava este setor, hoje Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), ligada à Casa Civil, o principal objetivo da prestação de serviços de ATER é proporcionar geração de renda e qualidade de vida às famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismos de acesso aos recursos produtivos e tecnológicos e serviços de forma sustentável.

A situação atual da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil é prioritariamente pública para aqueles beneficiários indicados na Lei nº 12.188/10, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), no entanto, existe uma pluralidade de possibilidades de empresas prestadoras deste serviço e de modalidades de execução (BRASIL, 2010).

Ações de ATER pública devem viabilizar estratégias com enfoque na geração de postos de trabalho agrícola e não agrícola, ampliação das alternativas de renda e, conseqüentemente, ao fortalecimento da cidadania e melhoria da qualidade de vida. A nova

política de ATER, estabelecida no ano de 2010, busca ser inovadora ao reconhecer as diferenças regionais, a pluralidade de conhecimento, a diversidade ambiental e socioeconômica no meio rural e nos diferentes territórios, permitindo ampliar espaços para experiências de diversas naturezas, mas que sejam guiadas pelos princípios e diretrizes enunciadas pela PNATER, numa perspectiva holística (MDA, 2004).

A designação oficial e o enquadramento da agricultura familiar como categoria habilitada para acessar recursos governamentais na área de ATER envolve uma enorme diversidade de beneficiários que têm na forma de produção e organização do trabalho, a base familiar. Pescadores artesanais, aquicultores familiares, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, assentados, entre outros que passaram a receber um maior aporte de recursos para seu desenvolvimento produtivo, no entanto, a implementação de programas governamentais direcionados e a aplicação destes recursos respeitando a diversidade de cada público diferenciado são pontos de discussão acerca destes avanços (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013; SOUSA, 2013).

A orientação da qual se constituiu a PNATER pautou-se pela diferenciação da ATER para diversos públicos apoiada em conceitos como o desenvolvimento rural sustentável, a agroecologia, as metodologias participativas, a educação popular, o empoderamento, a segurança e a soberania alimentar e nutricional, a geração de renda, a equidade nas relações de gênero, de raça e de etnia (MDA, 2004). Com a incorporação desses aspectos atribuídos à extensão rural, ela torna-se cada vez mais polissêmica, como apontou Callou (2006). Dessa forma,

deu margem a que muitos profissionais, dentro e fora das ciências agrárias, se arvorassem a impor temas pertinentes à extensão rural, ou mesmo excluí-la do seu papel fundamental nos processos de desenvolvimento do campo (CALLOU, 2006, p.2).

A PNATER traz uma proposta inovadora no seu conjunto de ações quando sugere a intervenção extensionista sobre novas bases ecológicas e participativas, de construção da novidade a partir do conhecimento do seu público, pautada na sustentabilidade e opondo-se à prática histórica da extensão rural de unilateralidade, na qual o agricultor era visto como depositário de pacotes tecnológicos em uma concepção “bancária” (MACHADO et al., 2006).

Assim, é exigido do extensionista um novo tipo de atuação direcionada à ação educativa, democrática e participativa. Na definição desse novo perfil profissional, é preciso buscar a produção do conhecimento junto às comunidades, incluindo uma discussão profunda e crítica sobre os pressupostos epistemológicos e filosóficos e as implicações ideológicas e políticas do trabalho científico, como asseveram Estevão *et al.* (2010).

Neste contexto, verifica-se que a extensão rural vem passando por uma redefinição em sua trajetória histórica e também em termos de geração de conhecimento, tanto em âmbito teórico-metodológico quanto em questões atinentes às políticas públicas, o que remete a necessidade de extensionistas, suas intuições de formação e instituições de ATER estarem conectados com as demandas, exigências e interesses dos públicos atendidos no meio rural.

Aliado a isso, há a necessidade de produção do conhecimento e transferência de tecnologias, principalmente para os beneficiários de políticas públicas direcionadas ao reconhecimento destas particularidades, interesses e demandas. Pescadores artesanais foram incluídos no ano de 2004 como um dos públicos preferenciais da PNATER na categoria da agricultura familiar, e consolidados com a atualização da Lei de ATER instituída em 2010. Essa designação foi um marco da inserção daqueles que historicamente estiveram à margem de políticas públicas e a consequente limitação para acesso aos recursos disponibilizados pelo Estado (BARBOSA, 2009).

Para contornar essa falta de direcionamento, em 2009, foi criada a Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (ATEPA) em consonância com os princípios e diretrizes da PNATER, permitindo, assim, atender as particularidades dos pescadores artesanais e aquicultores familiares. Do mesmo modo como a Assistência Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) foi criada para atender às necessidades específicas das famílias assentadas nos Projetos de Assentamento Rural sob coordenação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a ATEPA foi uma modalidade de ATER criada com a finalidade de apoiar o desenvolvimento do setor pesqueiro sob a responsabilidade do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), órgão extinto em 2015 (ROS e PICCIN, 2012; SOUZA *et al.*, 2016).

Este serviço tinha a finalidade de apoiar o desenvolvimento do setor pesqueiro com o intuito de acompanhar, orientar, articular e organizar as comunidades pesqueiras e aquícolas,

objetivando o desenvolvimento dessas comunidades e melhoria da qualidade de vida da população aí localizada, através da construção da cidadania e geração de trabalho e renda.

A trajetória histórica da extensão pesqueira foi semelhante à da extensão rural ocorrida no país, sendo conduzida ao mesmo tratamento de intervenção metodológica, bem como pautada por políticas públicas descontínuas. Sendo assim,

a postura de órgãos públicos das três esferas diante do setor pesqueiro artesanal é historicamente pautada por uma mescla de autoritarismo e assistencialismo, em que a edição de instrumentos legais, a abertura de linhas de crédito, o apoio técnico às etapas produtivas e comerciais e o fomento à organização da produção não consideram os reais interesses e demandas dos pescadores artesanais, geralmente, relegados ao papel de meros espectadores dos processos que os envolvem e afetam seus interesses (VASCONCELLOS, DIEGUES e SALES, 2007, p.63).

Ações voltadas para este público específico são relatadas desde meados do século XIX, quando a Marinha do Brasil promove as primeiras tentativas de organização de pescadores profissionais, determinando a criação das primeiras colônias na primeira década do século XX (BARBOSA, 2009).

Com o intuito de amparar os pescadores da especulação imobiliária, o turismo desenfreado e a poluição ambiental, o governo criou em 1962 a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), sob a ótica do difusionismo. Nesta época, segundo observações de Callou e Tauk-Santos (2003), a extensão pesqueira vinculou-se a uma filosofia educativa para o capital, influenciada nitidamente pela extensão rural americana, pautada em modelos persuasivos de comunicação. Isto é, a participação da comunidade de pescadores se configurava como passiva, pois cabia apenas a eles a adoção de pacotes tecnológicos difundidos pelos extensionistas.

Criada 20 anos depois de instituída a extensão rural no país, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento pesqueiro, a política de extensão pesqueira surgiu em 1968 pelo fato de o Brasil possuir uma imensa costa marítima, abundante número de pescados e pelo desamparo socioeconômico das comunidades de pescadores artesanais (BRASIL, 2008).

No final da década de 1960, a extensão pesqueira propõe a difusão de tecnologias modernas de pesca com foco no aumento da produtividade e renda do pescador, assim como apregoava a extensão rural na difusão de pacotes tecnológicos agropecuários, defendendo que

a modernização do setor indicaria o melhor caminho para se alcançar o desenvolvimento social e econômico das comunidades pesqueiras (LIMA e CALLOU, 2015).

O auge dos esforços de modernização neste setor foi nas décadas de 1970/80. No entanto, o resultado proposto foi negativo visto que as consequências para as comunidades de pescadores foram: a degradação ambiental, o empobrecimento, a diminuição drástica da produção e a exclusão social das famílias (BRASIL, 2008).

Em 1989, a Sudepe e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) foram extintas, iniciando um processo acelerado de desmonte nas entidades prestadoras do serviço de ATER. O efeito mais drástico foi na extensão pesqueira que foi praticamente extinta ou totalmente desestruturada na maioria dos estados brasileiros (MPA, 2010a). Segundo Vasconcellos, Diegues e Sales (2007) com a extinção da Sudepe, os pescadores artesanais perderam um importante interlocutor, o Pescart que foi lançado em 1974. Mesmo considerado um órgão com deficiências, tinha um relevante programa específico para este público.

Nos quatorze anos subsequentes (1989-2003) o setor foi coordenado pelo IBAMA, que absorveu diversas funções da instituição anterior, porém não tinha um setor de promoção da pesca artesanal, focando prioritariamente a gestão ambiental pesqueira numa sobre-exploração de grande parte das espécies.

A criação, em 2003, da então Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), vinculada à Presidência da República, renovou a esperança do setor pesqueiro, com a concepção de políticas públicas visando fortalecer e reestruturar o setor, numa perspectiva pautada pela sustentabilidade e inclusão social. Assim, a extensão pesqueira é considerada estratégica para que os investimentos públicos sejam viabilizados, não apenas na implantação de projetos, mas, sobretudo, para a efetividade dos fins pretendidos, em especial, a modernização da cadeia produtiva do peixe, estimulando a parceria com estados e municípios, além de fomentar o associativismo e o cooperativismo.

Neste contexto, no ano de 2008 é lançado o Plano Nacional de Extensão Pesqueira e Aquícola (PNATEPA), com a finalidade de orientar os princípios pautados em quatro pilares: acesso público e gratuito, desenvolvimento sustentável e participação, interdisciplinaridade e processos educativos. Além disso, foram elaborados os objetivos e as diretrizes com foco nos

serviços de ATEPA, que se iniciaria a ser executado no ano posterior, apresentando a seguinte definição conceitual:

Serviço de acompanhamento, orientação técnica, discussão, organização e articulação com as comunidades pesqueiras e aquícolas, objetivando o seu desenvolvimento integral e melhoria da qualidade de vida, através da geração de trabalho e renda e construção da cidadania (BRASIL, 2008, p.7).

Em 2009, configura-se o auge do setor pesqueiro com a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura (Lei nº. 11.958/2009) e da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (Lei nº. 11.959/2009) que regula as atividades pesqueiras na perspectiva de estruturar as bases do processo produtivo, apoiando na participação e nas diversidades culturais, a fim de fortalecer o desenvolvimento sustentável e o empoderamento das comunidades pesqueiras (BRASIL, 2008; 2009a; 2009b).

Este movimento alcança a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) que realiza um mapeamento das principais competências capazes de contribuir para o desenvolvimento da pesca e aquicultura no Brasil. Como resultado e com o apoio do MDA é criado em agosto de 2009, a Embrapa Pesca e Aquicultura, sediada em Palmas/TO, com o propósito de coordenar as iniciativas de pesquisa na instituição e operar como um centro de referência na geração de tecnologias para aquicultura e pesca ao contribuir na formação de agentes multiplicadores da extensão rural (ROCHA et al., 2013).

Portanto, o que se verifica neste cenário é que o Estado passou a dividir a responsabilidade e o controle das políticas públicas com outras organizações de diversos setores, inserindo os atores sociais partícipes do processo no desenvolvimento da extensão pesqueira, além de garantir a continuidade das políticas públicas do setor pesqueiro iniciada com a criação da SEAP.

No entanto, o Ministério da Pesca e Aquicultura foi extinto em outubro de 2015 em uma reforma ministerial sendo algumas de suas atribuições transferidas para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) que passou a presidir o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE), órgão colegiado de caráter consultivo, que tem por finalidade propor a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo com a sociedade civil organizada, para o

desenvolvimento e o fomento das atividades da aquicultura e da pesca no território nacional (BRASIL, 2016).

Desse modo, o objetivo deste estudo é analisar e registrar o contexto dos serviços de ATEPA realizados no estado do Tocantins no período de 2011 a 2013 durante a vigência do PNATEPA. Este estudo tem caráter exploratório-descritivo, utilizando-se de fontes primárias, com o apoio da técnica de entrevista semi-estruturada, além de fontes secundárias. No total foram realizadas nove entrevistas junto aos técnicos (quatro) e representantes (cinco) das instituições de ATER/ATEPA mapeadas no estado do Tocantins. No total foram mapeadas quatro instituições de ATEPA no Tocantins (duas prestadora de serviços, uma de ensino e pesquisa e uma governamental de ATER).

Resultados e discussão

O diagnóstico preliminar da situação de extensão pesqueira no Tocantins durante a execução do plano de ATEPA pode ser encontrada em Sousa (2013).

A ATEPA, por ser um serviço público de extensão pesqueira instituído em 2009 e extinto apenas alguns anos depois, no estado do Tocantins foi capaz de contemplar a maioria das empresas de extensão rural no acesso aos benefícios desta política pública. Apesar destas empresas realizarem atividades que, de certa forma, remetem à ATEPA, é possível que esta modalidade de ATER lhes fosse ainda desconhecida. Apenas a uma empresa de ATER declarou ter o conhecimento sobre a ATEPA, tendo sido a primeira a ser contemplada em um edital no ano de 2010.

O público atendido pelas empresas de ATER/ATEPA com foco na atividade pesqueira não se restringiu aos pescadores artesanais, mas também aos assentados de reforma agrária, aquicultores familiares e aos indígenas, conforme explanação dos informantes.

Os municípios de atuação das empresas prestadoras de ATER/ATEPA estão localizados no Território da Pesca e Aquicultura no Bico do Papagaio. Além desta região de abrangência, destacam-se os municípios de Araguacema e Couto Magalhães com três e dois projetos/ações de intervenção, respectivamente, executados em cada localidade. No entanto, observa-se que esses municípios não são aqueles onde se concentram maior número de pescadores, sendo estes Araguatins (877 pescadores) e Tocantinópolis (680 pescadores).

Todas essas empresas trabalham com pescadores artesanais e aquicultores familiares, apenas uma das empresas não tem os aquicultores como público alvo.

Os extensionistas que atuam na atividade pesqueira, na maioria das vezes, não têm formação específica na área (Engenharia de Pesca ou Aquícola ou Técnico em Aquicultura) e tem alta rotatividade nas empresas, exceto a pública, na qual a maioria dos técnicos é contratado mediante concurso.

A empresa pública de ATER estadual no seu último concurso abriu nove vagas para candidatos com formação em engenharia de pesca, um para cada regional, e atualmente conta com oito engenheiros de pesca em seu quadro que atendem as regionais dos municípios de Araguatins, Araguaína, Miracema, Paraíso, Porto Nacional (técnica sediada no escritório de Palmas), Gurupi, Taguatinga e um lotado na sede central do órgão. Entretanto, outros profissionais atuam em projetos de extensão voltadas à atividade em formações diversas, tais como: agronomia, zootecnia, biologia, tecnologia agrícola e tecnologia zootecnista.

Uma empresa privada destacou-se pela interdisciplinaridade do seu quadro de funcionários, além dos profissionais na área técnica, apresentam na equipe: gestor ambiental, técnico em agronegócio, técnico em saneamento e técnico em segurança do trabalho.

Na prestação dos serviços de ATER/ATEPA são abordados diversos conteúdos pedagógicos ligados à extensão pesqueira. Segundo os técnicos entrevistados, o principal foco de suas atividades é a organização social e produtiva das colônias por meio do associativismo e cooperativismo. Também foram citados os seguintes conteúdos utilizados no decorrer do processo de intervenção social, quais sejam: crédito financeiro, produção de peixes em taque rede, processamento artesanal de peixes, desenvolvimento sustentável da pesca e licenciamento ambiental. Para isso, os métodos que são utilizados por eles, são: cursos de formação/capacitação, palestras e demonstrações práticas. Em duas empresas de ATER foi salientado que nessas práticas é incentivado o uso de metodologias participativas como forma de inserir os pescadores no processo de tomada de decisão e propiciar a autorreflexão.

Neste sentido, segundo a percepção dos técnicos extensionistas, as principais demandas dos pescadores referem-se à garantia da atividade da pesca, unidades de processamento, comercialização, transporte e serviço de ATER. Já os aquicultores familiares demandam o licenciamento e a regularização ambiental, serviço de ATER, unidades de

processamento e implantação de processos produtivos na piscicultura, além da aquisição de alevinos de boa qualidade genética.

Nos processos de intervenção, os técnicos extensionistas empregam alguns mecanismos formais de diagnóstico, planejamento e avaliação das ações de ATER/ATEPA. Na análise e diagnóstico sobre a realidade e/ou problemas encontrados no meio pesqueiro, já foi feito o diagnóstico socioeconômico e ambiental da pesca artesanal das colônias de pesca. Para o planejamento das ações de ATER, a empresa público de ATER citou o plano anual de trabalho que é elaborado por cada unidade municipal, enquanto que um empresa privada elabora o Plano de Desenvolvimento de Colônias (PDC), e outras duas empresas não realizam tal atividade. Já a avaliação e o monitoramento das ações de ATER, duas empresas citaram os relatórios enviados mensalmente pelos técnicos, e outra citou que compara o início e o término dos trabalhos de extensão como forma de avaliar a evolução das ações, enquanto outra não faz nenhum tipo de avaliação das atividades desenvolvidas no decorrer dos projetos.

Na percepção dos entrevistados, todos os técnicos trocam experiências com os demais, seja da mesma instituição ou não. Um dos técnicos entrevistados explicou que as equipes são formadas de maneira multidisciplinar de forma que o compartilhamento de experiência e técnica seja uma constante, adequando os conhecimentos dentro da realidade de cada profissional em determinada comunidade.

Quando questionados se têm conhecimento acerca das políticas públicas do setor pesqueiro, os técnicos assinalaram que as mais habitadas a incentivarem o seu acesso pelos pescadores são: o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), o Pronaf (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e o Mais Alimentos.

No que se refere à capacitação de agentes de ATER/ATEPA, todos os técnicos entrevistados manifestaram sua participação em algum tipo de formação específica, porém não há periodicidade em sua capacitação. Há casos de participação na formação de agentes de ATER; Capacitação em Aprendizagem de Ações Participativas - Teoria e Prática sobre Diagnóstico, Planejamento e Ação Participativa em Extensão Rural; e Seguro do Pescador (Período do Defeso).

O principal gargalo encontrado no processo de intervenção é o fato de que a maioria dos técnicos não disponibiliza propostas de transferência de tecnologias aos pescadores,

exceto em uma empresa privada. Cada técnico das empresas de ATER/ATEPA mapeadas neste estudo teve uma explicação diferente, quais sejam:

- A dificuldade encontrada para transferir tecnologia é justificada pela falta de atualização e o corpo técnico especializado restrito. Segundo relato de um dos entrevistados, a atividade no estado se caracteriza por um “nível tecnológico bastante baixo, portanto qualquer intervenção de boas práticas na atividade será importante”.

- O foco de suas atividades é a formação/capacitação. Por isso, que não utiliza dessa estratégia nas intervenções sociais.

- A empresa nunca inseriu inovação tecnológica no processo de assistência técnica em virtude de não ter conhecimento acerca de tecnologias do setor. No momento, o foco da intervenção é na estruturação da cadeia produtiva e da organização associativa. O trabalho desenvolvido pela instituição no contexto da PNATEPA refere-se à organização de acordos de pesca entre colônias do lado tocantinense do Rio Araguaia, sem intervenções tecnológicas específicas.

Em linhas gerais, percebe-se que as empresas de ATER/ATEPA, mesmo estando inseridas no mesmo nicho, não buscam as mesmas alternativas tecnológicas para os pescadores já que possuem um desnivelamento de conhecimento do setor entre elas e carecem de profissionais com qualificação e direcionamento para o trabalho com a pesca artesanal.

Considerações

Conclui-se que faltam profissionais de ATER preparados para atuar no setor, pois grande parte não possui formação adequada e acesso à capacitações e atualizações. Outro gargalo é que a maioria dos técnicos não transfere tecnologia ao pescador no momento da intervenção social, seja por falta de qualificação, de conhecimento da área ou por não ser foco principal de atuação da empresa de ATER/ATEPA. Assim, a importância e a necessidade de diversos estudos neste campo do conhecimento se revelam como ponto primordial para subsidiar informações para as intervenções sociais no setor pesqueiro.

As informações do setor pesqueiro são encontradas, na maioria das vezes, em documentos governamentais de ATER/ATEPA com certa desatualização, além de baixo número de trabalhos científicos desenvolvidos por universidades e institutos de pesquisa acerca dos pescadores artesanais, sobretudo, em relação à extensão pesqueira, o que é um

resultado do confuso cenário político que enfrentam as instituições de ordenamento e regulação do setor nos últimos anos.

A importância e a necessidade de diversos estudos nesta realidade empírica se revelam como ponto primordial para subsidiar informações para as intervenções sociais, seja para a empresa de ATER/ATEPA ou seja para os extensionistas. As discussões deste contexto se potencializam com a criação da PNATER, que rompeu com a trajetória da extensão rural, antes pautada somente pelo difusionismo, estando no presente momento aberta a novas perspectivas e desafios teórico-metodológicos. Outro ponto observado é a inclusão dos pescadores artesanais como um dos públicos prioritários desta política pública, bem com a criação de uma modalidade de ATER específica para esse público, a ATEPA.

Verificou-se que a maioria (75%) dessas empresas não teve acesso a esta política pública ou desconhecem esta modalidade de ATER, o que pode ser justificado pela ATEPA ser um serviço público de extensão pesqueira instituído no país de maneira efêmera.

Na presente pesquisa, foi identificada apenas uma empresa que conhecia a PNATEPA e que foi financiada com recursos do MPA para tal, mesmo com o significativo incremento de recursos em editais públicos para a área a partir de 2009, o que identifica a necessidade de se continuar a promoção de políticas para o setor a despeito da situação de governança sobre a cadeia, além de que essas políticas passem por um processo de divulgação eficiente e sejam de fácil acesso para de fato promover a ATER/ATEPA adequada aos diferentes públicos da agricultura familiar atendidos.

Referências

BARBOSA, J. C. **Pescadores artesanais e políticas públicas**: o Pronaf em Anchieta-ES. 127 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2009.

BRASIL. **Plano Nacional de Extensão Pesqueira e Aquícola**. Brasília: SEAP/PR, 2008.

_____. **Lei Nº 11.958**. Dispõe sobre a transformação da secretaria especial de aquicultura e pesca da presidência da república em ministério da pesca e aquicultura, cria cargos em comissão do grupo-direção e assessoramento superiores - das e gratificações de representação da presidência da república; e dá outras providências, 2009(a).

_____. **Lei Nº 11.959**. Dispõe sobre a Política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca, regulando as atividades pesqueiras, 2009 (b).

_____. **Lei de Ater nº 12.188/2010**. Coleção de Leis da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 de janeiro de 2010.

_____. **Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e altera o Decreto nº 5.069, de 5 de maio de 2004, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca, 2006.

CALLOU, A. B. F; TAUK-SANTOS, M. S. Extensão pesqueira e gestão no desenvolvimento local. In: **Extensão pesqueira: desafios contemporâneos.** Recife: Bagaço, 2003, p.223-236.

LIMA, A. C. C.; CALLOU, A. B. F. Políticas públicas e assistência técnica para pesca artesanal em Pernambuco. **Contexto & Educação**, v.30, n. 95, 2015.

LIMA, F. A. X.; VARGAS, L. P.; SOUZA, G. M. B.; JOTA, T. A. F.; WIZNIEWSKY, J. G. Extensão rural, comunicação e mobilização social: experiências do IPA junto aos agricultores familiares de Pernambuco. **Sociedade e desenvolvimento rural**, v. 8, n. 2, 2014.

MACHADO, J. D.; HEGEDÜS, P.; SILVEIRA, L. B. Estilos de relacionamento entre extensionistas e produtores: desde uma concepção bancária até o “empowerment”. **Ciência Rural**, v.36, n.2, p.641-647, 2006.

MPA – Ministerio da Pesca e Aquicultura. **Edital de Chamada Pública DEFO/SEIF/MPA nº 04/2010** – Apoio à Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola nos Territórios da Pesca e Aquicultura. Brasília: MPA, 2010.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual "fortalecimento" da agricultura familiar?: uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 1, p. 45-68, 2013.

ROCHA, C. M. C.; RESENDE, E. K.; ROUTLEDGE, E. A. B.; LUNDSTEDT, L. M. Avanços na pesquisa e no desenvolvimento da aquicultura brasileira. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, n. 48, v. 8, p. iv-vi., 2013.

ROS, C. A.; PICCIN, M. B. Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro. **Revista NERA**, n. 20, p. 131-155, 2012.

SOUSA, D. N. **Diagnóstico preliminar da extensão pesqueira no estado do Tocantins.** Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2013.

SOUSA, D. N. Panorama dos estudos de extensão pesqueira no Brasil. In: Cleiton Silva Ferreira Milagres; Diego Neves de Sousa. (Orgs.). **Cooperativismo, Extensão Rural e Processos Participativos.** 1ªed.Palmas: EDUFT, v. 1, p. 137-150, 2016.

SOUZA, M. R.; MILAGRES, C. S. F.; ITOZ, C.; BRITO, F. P.; SOUSA, D. N.; PETARLY, R. R. Organização social e produtiva: a ação extensionista numa cooperativa de pescadores. **Revista Elo - Diálogos em Extensão**, v. 5, n. 1, p. 45-52, 2016.

VASCONCELLOS, M; DIEGUES, A. C; SALES, R. R. Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira. In: Costa, A. L (Org.) **Nas redes da pesca artesanal.** Brasília: Ibama, 2007.

Recebido para publicação em junho de 2017

Aprovado para publicação em julho de 2017